



Previdência: ato público reúne 800 membros do MP e do Judiciário

Pág. 02

PGJ

Emenda permite membros do MP/MS possam concorrer ao cargo de PGJ



Pág. 04

CNPG

CONAMP participa de reunião do CNPG com ministro Alexandre Moraes



Pág. 05

REUNIÃO

Conselho deliberativo da CONAMP realiza reunião em Brasília



Pág. 07

Previdência: ato público reúne 800 membros do MP e do Judiciário



No dia 1º de fevereiro, mais de 800 juízes e membros do Ministério Público participaram de mobilização, em Brasília. Durante o ato organizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), foi entregue uma carta com cerca de 18 mil assinaturas a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lucia, e a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge. O documento registra a indignação do MP e do Poder Judiciário nacional com a defasagem remuneratória, além das ameaças contra as garantias constitucionais, como a atual proposta da reforma da Previdência (PEC 287/16), a mudança da lei de abuso de autoridade, e o projeto de lei que criminalizará a violação das prerrogativas de advogados.

Após a concentração no STF, a mobilização continuou na Câmara dos Deputados. O auditório Nereu

Ramos ficou lotado e mais duas salas de apoio transmitiram a solenidade. “Este ato não é contra ninguém, é a favor da Magistratura e do Ministério Público. Juízes e promotores não podem ser acusados de serem privilegiados. Jamais aceitaremos sermos atacados por defendermos nossos ideais. Resistiremos!”, afirmou Norma Cavalcanti.

Parlamentares também apoiaram a iniciativa. “O Parlamento os recebe com muita honra e respeito. Tenham aqui uma discussão calorosa, que possa demonstrar ao Brasil que os direitos devem ser preservados. Direito adquirido deve ser respeitado. E essa Casa é aquela que recebe todas as reivindicações de todos os brasileiros”, disse o 1º vice-presidente da Câmara, deputado Fábio Ramalho (PMDB/MG). Já o senador Paulo Paim (PT/RS) agradeceu a atuação do MP e de Magistrados na

CPI da Previdência e ressaltou que a Comissão confirmou que a Previdência é superavitária. “A CPI comprovou aquilo que falamos há décadas: a Previdência é superavitária e pode ser exemplo para o mundo”, disse.



O deputado Rogério Rosso (PSD/DF) disse que a campanha do governo coloca brasileiro contra brasileiro e que fez um apelo para que o presidente Michel Temer não coloque a Previdência para votar agora. “É um tema importante com um texto equivocado. Texto errático no momento errado”, acrescentou.

Todos os dirigentes associativos da Frentas também discursaram. O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio, representou o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e afirmou que a luta institucional de valorização das carreiras envolve ainda chefes dos Ministérios Públicos dos estados.

Aposentados

Coube ao diretor de Aposentados da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Rodnei Doreto, falar em nome de todos os juízes e membros do Ministério Público que não estão mais na ativa. “O fato é que nos últimos anos a deterioração dos proventos dos aposentados tem sido especialmente gravosa, pois é a nossa única fonte de rendimentos, não há nada que compense. Isso tem gerado um sentimento de exclusão entre os colegas”, afirmou.

Doreto lembrou que o próprio Supremo tem proclamado que o



Judiciário é unitário, uno e nacional. “Parece-me fundamental que se tenham regimes remuneratórios e previdenciários similares a todos os segmentos da Magistratura e do Ministério Público”, disse. Nesse sentido, o diretor defendeu que o STF coloque em pauta as ações diretas de inconstitucionalidade que ali tramitam, que trazem de volta a integridade e a paridade, considerando a inconstitucionalidade das reformas previdenciárias anteriores. “Jamais teremos a unidade da Magistratura se tivermos três ou quatro regimes diferentes”, criticou.

Audiência Pública

Após o ato, no dia 6 de fevereiro, a CONAMP participou de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência Social.

Paulo Penteado, assessor da CONAMP para a reforma da previdência e 1º Secretário da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), ressaltou que a reforma afeta negativamente todos os trabalhadores, servidores públicos e da iniciativa privada. “A nossa preocu-

pação é com o cidadão e transcende qualquer interesse ou perspectiva corporativa”. Neste sentido, o promotor de Justiça destacou a contribuição da CONAMP na elaboração do PLS 424/17, que dispõe sobre os crimes contra a Previdência Social. Tanto que a sugestão do anteprojeto foi entregue ao senador Paulo Paim no dia 20 de setembro de 2017.

Paulo reforçou ainda que ao concluir que a Previdência Social é superavitária, a CPI da Previdência é “arma da defesa da cidadania. Essa CPI traz a verdade que permite manter o Estado Social de Direito”.



Emenda permite que Promotores e Procuradores de Justiça possam concorrer ao cargo de PGJ/MS

No dia 20 de fevereiro, foi aprovada Emenda Constitucional que autoriza todos os integrantes da carreira do Ministério Público de Mato Grosso do Sul a concorrerem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça.

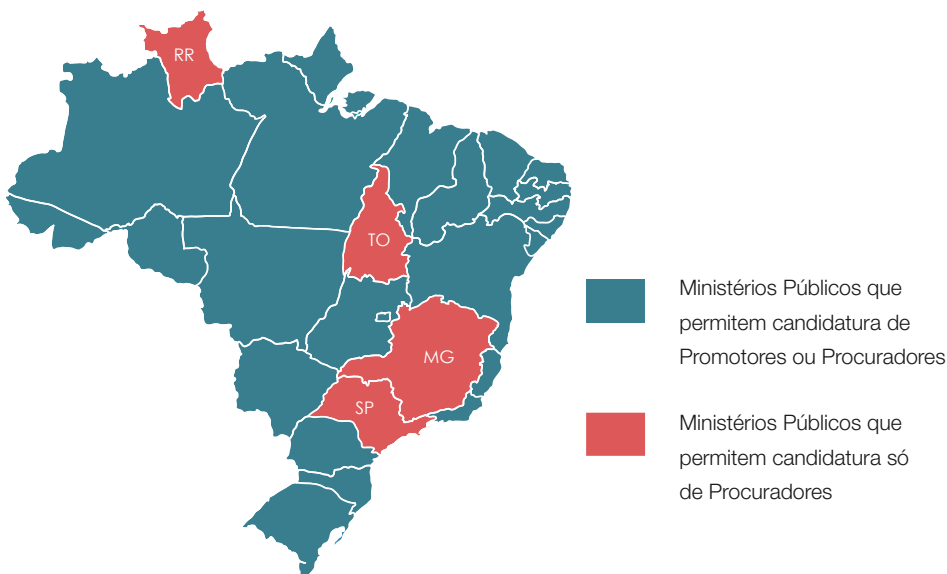
Agora, apenas quatros estados do país não permitem que Promotor se candidate à PGJ: Minas Gerais, São Paulo, Roraima e Tocantins.

O presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP), Lindomar Tiago Rodrigues, esteve presente na sessão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul de aprovação da emenda. “A votação de hoje materializa a vitória na luta pela concretização de uma das mais importantes bandeiras classistas na defesa da plena igualdade e democracia na Instituição Ministerial. Essa matéria sempre nos ocupou e foi o

único tema de mérito que fiz referên-
cia no discurso de posse, em 2015,
como uma meta ainda a ser alcança-
da pela ASMMMP”, pontuou.

A modificação permite que todos os membros do MPE, Promotores e Procuradores de Justiça, preenchidos requisitos legais, possam concorrer ao cargo de PGJ. Foram

17 votos de deputados estaduais a favor do andamento da proposta e nenhum contrário. As demais regras para participar das eleições internas ainda serão definidas – com isso, não valerão para a eleição que está em andamento neste momento, ficando vigentes, se aprovadas, para o ano de 2020.



FRENTAS



Nova direção

No dia 6 fevereiro, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, assumiu a coordenação da Frentas. A Frentas significa a união de esforços entre associações nacionais do MP e da Magistratura em uma agenda comum pela preservação e valorização das garantias e prerrogativas das carreiras. A CONAMP coordenou a Frentas de dezembro de 2016 a maio de 2017.

CONAMP participa de reunião do CNPG com ministro Alexandre Moraes



[| Leia mais](#)

Empossada nova diretoria da Associação Mineira do MP



[| Leia mais](#)

Associação Goiana do MP empossa nova Diretoria e Conselho Fiscal



[| Leia mais](#)



15^o INOVARE
PRÊMIO

[Clique aqui e saiba mais](#)

CNMP aprova novos enunciados e súmulas

O plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou no dia 20 de fevereiro 9 propostas de súmulas e uma de enunciado. A diretoria e o conselho deliberativo da CONAMP acompanharam a sessão.

Súmula é a expressão que designa o entendimento sedimentado de tribunal ou órgão colegiado a respeito de matéria reiteradamente

decidida o entendimento da instituição acerca de temas que foram objeto de reiterados julgamentos. O enunciado é ato de caráter normativo, cuja finalidade é elucidar dúvidas ou esclarecer questões relacionadas à interpretação ou à execução dos atos do CNMP.

As propostas, apresentadas pelo conselheiro Gustavo Rocha, que também exerce o cargo de

presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ), é consequência das atividades do Grupo de Trabalho (GT) de Estudo e Sistematização dos 10 anos de Jurisprudência do CNMP. O GT sistematizou por assunto os temas mais recorrentes e relevantes em procedimentos de controle administrativo instaurados no Conselho.

Propostas de Enunciados Aprovadas

TEXTO	RELATOR
A indicação de que trata o artigo 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2008, deve recair sobre o membro do Ministério Público que mais remotamente exerceu a função eleitoral.	Conselheiro Erick Venâncio Lima do Nascimento
É inadmissível a contratação para organização de concurso público de entidade que promova cursos preparatórios para certames, evitando-se possível conflito de interesses.	Conselheiro Luciano Nunes Maia

Propostas de Súmulas Aprovadas

TEXTO	RELATOR
O sigilo nos processos administrativos, inclusive disciplinares, só é admitido em caráter excepcional, dada a regra da publicidade, consagrada nos art. 5º, XXIII, 37 e 93, IX e X, da Constituição da República.	Conselheiro Erick Venâncio Lima do Nascimento
A indicação de que trata o artigo 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2008, deve recair sobre o membro do Ministério Público que mais remotamente exerceu a função eleitoral.	Conselheiro Erick Venâncio Lima do Nascimento
Não cabe ao CNMP conceder direito negado judicialmente ou negar direito concedido judicialmente, com formação de coisa julgada material	Conselheiro Erick Venâncio Lima do Nascimento
A modificação de gabarito preliminar de concurso exige motivação, por se tratar de decisão administrativa, seja em face de recurso, seja em caso de revisão de ofício.	Conselheiro Erick Venâncio Lima do Nascimento
Verificada a identidade de objetos e de partes entre ação previamente ajuizada, e posterior procedimento no CNMP, deve o feito ser arquivado.	Conselheiro Leonardo Accioly da Silva
Cabe à Comissão de Concurso a apreciação dos recursos contra os resultados das provas de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público, podendo, para a prática de atos meramente executórios, valer-se do apoio de comissões auxiliares ou de bancas examinadoras designadas ou contratadas."	Conselheiro Lauro Machado Nogueira
É incompatível a incorporação de gratificação decorrente do exercício de funções pro labore faciendo, como são as de direção ou confiança, em período posterior à instauração do regime de subsídio, inexistindo motivação para seu pagamento, por força do art. 39, § 4º, da CF e da Resolução CNMP nº 09/2006. Cabível, apenas, o pagamento, até o valor do teto constitucional, das vantagens incorporadas antes da entrada em vigor do regime de subsídio.	Conselheiro Marcelo Weitzel Rabello de Souza
A legalidade do exame psicotécnico em provas de concurso público está submetida a três requisitos indispensáveis: previsão legal, adoção de critérios objetivos e possibilidade de revisão de resultado.	Conselheiro Luciano Nunes Maia Freire
A existência de mecanismos de transparência ativa, como o Portal da Transparência, não desobriga o Ministério Público do dever de Transparência passiva, devendo prestar as informações que lhe forem solicitadas diretamente pelo cidadão, indicando, quando for o caso, sua disponibilização em sítio eletrônico da instituição.	Conselheiro Leonardo Accioly da Silva

Conselho deliberativo da CONAMP realiza reunião em Brasília

Em fevereiro, o conselho deliberativo da CONAMP esteve reunido em Brasília para discutir proposições que afetam o sistema de Justiça e o Ministério Público.

Os conselheiros do CNMP Dermeval Farias, Lauro Machado e Marcelo Weitzel estiveram presentes. Foram debatidos enunciados, normas e resoluções do CNMP, bem como iniciativas de fortalecimento do MP e perspectivas do ano do conselho.

A regulamentação do auxílio-moradia, que a CONAMP defende a legalidade do pagamento de caráter indenizatório para toda a carreira, e proposições legislativas também foram itens da pauta da reunião.

Torneio nacional de futebol

Foi definido ainda o local da próxima edição do Torneio Nacio-



nal de Futebol Society do MP: Rio Grande do Sul. A abertura do evento está marcada para o dia 15 de novembro, em Porto Alegre (RS).

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS) está à frente da organização da 17ª edição do torneio. Em breve serão divulgadas mais informações, como local dos jogos, lista de hotéis conveniados, e período de inscrição de equipes.

Homenagem

Durante os encontros, a CONAMP homenageou o ex-presidente da Associação Mineira do MP (AMMP) José Silvério Perdigão pela realização do XXII Congresso Nacional do MP, em 2017. Também recebeu uma placa de condecoração o presidente da Associação

Catarinense do MP (ACMP), Luciano Trierweiler Naschenweng, pela organização e realização do XV Torneio Nacional de Futebol Society do MP em 2016.





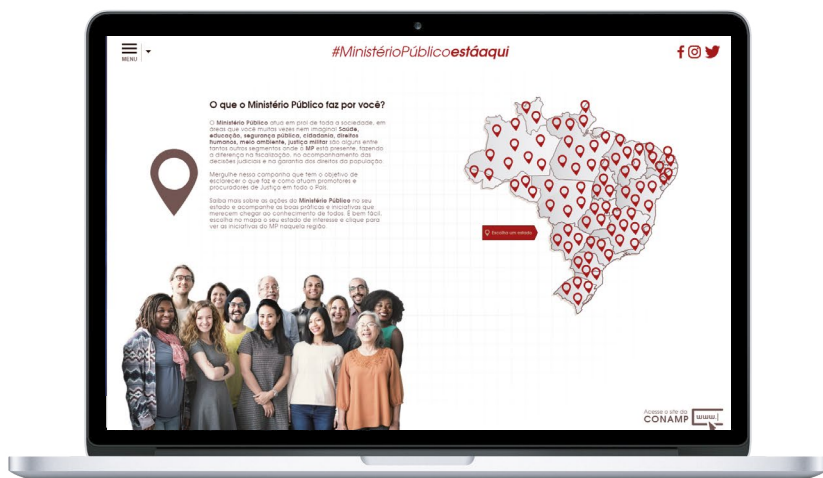
**#MinistérioPúblico
está aqui**

Engajamento em seis meses de campanha:



**1,1 milhão
de pessoas
foram impactadas**

**A marca #MinistérioPúblicoEstáAqui foi utilizada por mais de
meio milhão de pessoas**



**+ de 5,2 mil
visualizações de página
em 464 conteúdos postados**

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356